

Nove em cada 10 criticam novo auxílio e maioria diz faltar dinheiro

Nova rodada do auxílio, prevista para o período entre abril e agosto, é considerada insuficiente por 87% dos brasileiros maiores de 16 anos

Fernando Canzian

Folhapress

São Paulo - Quase nove entre cada dez brasileiros avaliam que o valor do novo auxílio emergencial pago pelo governo federal é insuficiente, segundo pesquisa Datafolha realizada nesta semana, entre 11 e 12 de maio.

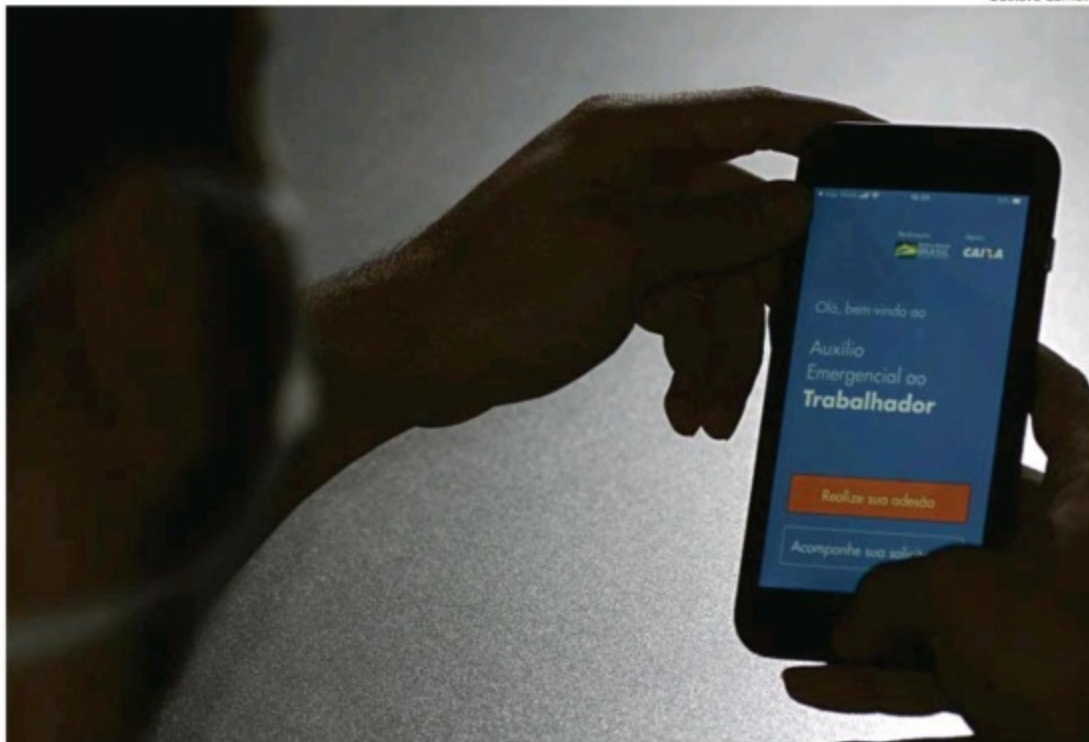
Significativamente menor na comparação com o que foi disponibilizado em 2020, a nova rodada do auxílio, prevista para o período entre abril e agosto, é considerada insuficiente por 87% dos brasileiros maiores de 16 anos.

O novo auxílio pagará entre R\$ 150 e R\$ 375 a 45,6 milhões de beneficiários. O gasto total previsto é de R\$ 44 bilhões, equivalente a apenas 15% do que foi desembolsado em 2020.

Iniciada somente após o trimestre mais letal da pandemia da Covid-19 no Brasil, entre janeiro e março deste ano, a nova rodada é considerada satisfatória por apenas 10% da população -outros 3% acham o montante mais do que suficiente.

No ano passado, o auxílio emergencial vigorou entre abril e dezembro, somando R\$ 293 bilhões destinados a 66 milhões de brasileiros. As parcelas iniciais foram de R\$ 600, depois reduzidas a R\$ 300.

Entre os que receberam o auxílio em 2020, quase 90% consideraram o valor deste ano insuficiente.



Gustavo Carneiro

O novo auxílio pagará entre R\$ 150 e R\$ 375 a 45,6 milhões de beneficiários. O gasto total previsto é de R\$ 44 bilhões, equivalente a apenas 15% do que foi desembolsado em 2020

ente. Segundo o Datafolha, menos da metade (49%) dos beneficiários no ano passado o fizeram neste ano.

Economistas das áreas de renda e desigualdade consideram que o governo exagerou na dose do auxílio emergencial em 2020 e acabou sem munição neste ano -marcado por nova onda de infecções e mortes e pela falta de vacinas que poderiam permitir o retorno pleno da atividade econômica.

A análise é reforçada por dois

indicadores. O primeiro é a captação líquida da poupança, que atingiu R\$ 166,3 bilhões em 2020, a maior da série histórica do Banco Central. O segundo é a inflação, sobretudo de alimentos, que disparou no ano passado e seguiu alta neste primeiro trimestre, indicando uma elevação de preços decorrente do maior volume de moeda em circulação.

Com o fim abrupto, no início deste ano, do auxílio emergencial robusto de 2020, o efeito so-

bre os mais pobres foi imediato. Houve súbito aumento da taxa de pobreza e o encolhimento da chamada classe C.

Segundo dados da FGV Social, o Brasil tem hoje 35 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 16% da população vivendo com menos de R\$ 246 ao mês. Em 2019, eles somavam 24 milhões, ou 11% do total.

Desde agosto do ano passado, ápice do pagamento do auxílio emergencial, quase 32 milhões de pessoas deixaram a

classe C (renda domiciliar entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303) em direção às D/E ou à miséria.

O Datafolha também aferiu que 55% dos brasileiros consideram insuficiente ou muito pouco o que eles e seus familiares ganham atualmente para sobreviver.

O percentual salta a 71% entre aqueles com renda familiar mensal até dois salários mínimos (R\$ 2.200) -e que constituem a maioria (57%) das famílias brasileiras, segundo o perfil da amostra do Datafolha.

Dados da pesquisa também permitem inferir que a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pode estar sendo abalada pela substituição de um auxílio emergencial mais robusto em 2020 por valores considerados insuficientes agora pela imensa maioria dos brasileiros.

Em agosto do ano passado, no auge do pagamento do auxílio emergencial, a aprovação ao seu governo atingiu 37%, melhor taxa desde o início do mandato. Na pesquisa desta semana, seu índice de ótimo/bom recuou a 24%, a pior marca.

Além de estar pagando um auxílio menor, Bolsonaro enfrenta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar sua responsabilidade nas cerca de 430 mil mortes pela Covid-19 no país e uma recuperação econômica medíocre.